



Publicado em: 12.02.2024

## AS CRIANÇAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL PELO OLHAR PEDAGÓGICO DE LAURA ROSA

**José Ribamar Neres Costa**

Secretaria de Estado da Educação do Estado do Maranhão

São Luís-MA, Brasil

E-mail: joseneres.letras@gmail.com

### RESUMO

Este artigo tem dois objetivos principais: a) fazer um resgate histórico de uma obra pouco conhecida, mas que apresenta aspectos relevantes acerca da família e dos processos de ensino e aprendizagem no Brasil e no mundo ao longo da história da educação; b) proceder uma análise comparativa com relação a seu conteúdo e suas implicações na atualidade. O estudo é de natureza qualitativa e está centrado em pesquisa bibliográfica, a partir do método crítico-comparativo entre textos. Os principais teóricos utilizados como suporte ao estudo foram Ariès (2022), Priore (2021), Martorell (2014), Boyd e Bee (2011) e Alves e Araújo (2011), além do *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Ao final da pesquisa, chegou-se a algumas considerações, como, por exemplo: há diferenças explícitas entre os sistemas educacionais adotados em épocas e culturas diferentes; em algumas de suas ideias, Laura Rosa demonstrava estar além de seu tempo, porém, em outros casos, suas concepções educacionais podem ser revistas e contestadas.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; História da Educação; Família.

### CHILDREN AND CHILD EDUCATION THROUGH THE LOOK LAURA ROSA PEDAGOGICAL

#### ABSTRACT

This article has two main objectives: a) to make a historical rescue of a little-known work, but which presents relevant aspects about the family and the teaching and learning processes in Brazil and in the world throughout the history of education; b) carry out a comparative analysis with regard to its content and its current implications. The study is of a qualitative nature and is centered on bibliographical research, based on the critical-comparative method between texts. The main theorists used to support the study were Ariès (2022), Priore (2021), Martorell (2014), Boyd and Bee (2011) and Alves and Araújo (2011), in addition to the Child and Adolescent Statute. At the end of the research, some considerations were reached, such as: there



are explicit differences between the educational systems adopted in different times and cultures; in some of her ideas, Laura Rosa proved to be ahead of her time, however, in other cases, her educational conceptions can be revised and contested.

**Keywords:** *Child education; History of education; Family.*

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse social pela educação e pelo desenvolvimento físico, emocional e intelectual da criança é algo relativamente novo na história da humanidade, Ariès (2022, p. 71) comenta que: “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”.

A temática é tão complexa que até mesmo a percepção do que vem a ser infância e uma possível conceituação sobre o que é ser criança possivelmente não poderiam ser aplicadas a todas as culturas, a todas as épocas e, tampouco, a todas as classes sociais. No entanto, como há uma necessidade de formular conceitos e de delimitar faixas etárias, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2015) considera como criança o indivíduo de até 12 anos e adolescente quem estiver no espaço compreendido entre os 12 e 18 anos.

No entanto, apenas o critério etário pode não ser suficiente em uma sociedade que tem que conviver com disparidades econômicas, culturais e com diferentes sistemas de oportunidades. Embora, como demonstram Boyd e Bee (2011) e Martorell (2014), exista uma espécie de previsibilidade nas etapas de desenvolvimento dos seres humanos, os processos educacionais e as perspectivas podem variar de acordo com o contexto cultural no qual a criança esteja inserida, como pode ser visto nas diversas exposições históricas demonstradas por Piletti e Piletti (2011) e nas diversas metodologias que podem ser aplicadas no processo de ensino e aprendizagem, como apresentam Suhr (2012) e Corrêa (1967), ou até mesmo com relação à época ou ao regime político no qual foi educada uma criança, como pode ser visto em Priore (2021).

Embora o contato entre crianças e adultos seja algo inevitável e ocorra desde os primórdios da humanidade, trazendo consigo toda uma gama de transmissão de conhecimentos e despertando a necessidade de aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem, é comum considerar-se que foi apenas a partir dos anos finais da década de 1940, com os estudos de Philippe Ariès, que a noção sobre o que vem ser a criança dentro de um contexto histórico começou a ser sistematizada e estudada com maior rigor científico.

No entanto, ainda no início do século XX, mais exatamente no final de 1909, era publicado no Brasil um estudo relacionado tanto com uma segmentação histó-

rica e cultural dos variados modelos e métodos de educação existentes no mundo ao longo dos tempos, quanto com uma preocupação com os rumos da educação naquele cenário histórico. Trata-se do livro-conferência *As crianças*, escrito pela poetisa, contista e educadora maranhense Laura Rosa e que é objeto principal de investigação neste artigo.

O estudo está dividido em três partes que interagem entre si e que se completam. No primeiro momento, há uma breve apresentação sobre a vida e a obra de Laura Rosa; a seguir, é feito um resgate do percurso histórico desde a apresentação da primeira versão do texto em um evento ocorrido na Biblioteca Pública do Maranhão, em 1909, até a mais recente edição conhecida, com apresentação sumária das diferenças entre as duas edições da obra; finalmente, são estudadas as duas partes do livro em tela, com o cotejamento de trechos que possam chamar a atenção e levantar questionamento acerca das ideias defendidas pela professora Laura Rosa.

O presente artigo deixa margens para outros estudos e outros levantamentos tanto acerca da obra analisada quanto da temática abordada ou mesmo sobre a autora do texto. A relevância social e cultural está, principalmente, no fato de demonstrar que há pesquisas sobre a educação brasileira que ainda não foram estudadas de modo mais aprofundado e, também, servir como ponto de comparação entre as percepções sobre a criança do Brasil no intervalo de aproximadamente um século.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo apresenta uma abordagem qualitativa, ou seja, que não necessita de comprovação estatística dos dados obtidos, de acordo com Jesus (2006), e que está centrado em pesquisa bibliográfica “realizada a partir de fontes secundárias (...), de material já publicado, como livros, revistas e artigos científicos (JESUS, 2006, p. 80). Os dados foram obtidos a partir de leituras críticas e comparativas.

Para que fossem atingidos os objetivos propostos, foram seguidas as diretrizes indicadas por Severino (2002), que consistem em, após determinada situação problema, proceder ao levantamento bibliográfico a partir da leitura e fichamento de livros, artigos de jornais e demais fontes de pesquisa física e virtuais, para somente depois desses passos proceder à elaboração do texto, com sua respectiva correção estilística e gramatical, para finalmente formatá-lo de acordo com as normas estabelecidas pelo Centro Universitário Internacional Uninter.

## 3. LAURA ROSA: UM BREVE ESBOÇO BIOBIBLIOGRÁFICO

Filha da senhora Cecília da Conceição Rosa com um pai que não reconheceu a criança e cuja identidade não foi revelada, Laura Rosa foi uma professora, contista, jornalista e poetisa maranhense nascida em São Luís do Maranhão, em 1º de outubro de 1884 e que faleceu na cidade de Caxias (MA), aos noventa e dois anos, no dia ca-

torze de outubro de 1976. Apesar de muito haver contribuído para o desenvolvimento intelectual de seu estado, atualmente a escritora é mais lembrada por haver sido a primeira mulher a ingressar no quadro de sócios efetivos da Academia Maranhense de Letras, instituição para a qual foi eleita para a cadeira 26, em 03 de abril de 1943, e foi empossada duas semanas depois, mais precisamente em 17 de abril, sendo recepcionada pelo jornalista e escritor José Nascimento Moraes.

Apesar de haver sido elogiada por Lobo (2022, p. 114), ainda no início do século XX, “pela simplicidade cantante e doce de seus versos” e de ser “considerada, por muitos, a nossa melhor poetisa antes do modernismo”, conforme comenta Ramos (1993, p. 25), a obra literária de Laura Rosa acabou eclipsada pelo tempo. Seu livro de contos *Promessas* encontra-se desaparecido e seu volume de poemas intitulado *Castelos no ar* permanece inédito. A escritora, cuja atividade intelectual foi bastante “intensa até a década de 1940, [mas] que após esse período só foi localizada a poesia *Esqueleto de Folha* publicada em 1954 na Revista da Academia Maranhense de Letras” (MOTTA, 2016, p. 81), e que ficou conhecida em sua terra pelo pseudônimo de Violeta do Campo, raramente tem sido revisitada em trabalhos tanto no âmbito da Literatura quanto nos estudos relacionados à Educação.

Laura Rosa exerceu a profissão de professora durante um longo período e demonstrou sem conhecimento didático-pedagógico tanto em São Luís quanto em Caxias. Segundo Motta (2016, p. 81):

Sua educação formal ocorreu na Escola Normal do Maranhão, diplomando-se em 12 de janeiro de 1910, como professora normalista. Após seis dias foi nomeada para a Escola Mista do 2º distrito, na cidade de Caxias - MA. Permanecendo ali por quatro anos e, posteriormente transferida para São Luís, até a aposentadoria em 1944.

O ponto mais destacado das atividades intelectuais de Laura Rosa possivelmente foi o relativo a seu trabalho com as letras. A poesia de Laura Rosa traz uma aura do estilo simbolista, “são versos impregnados de sons, de cores, alguns na estética difundida no Brasil por Cruz e Sousa” (RAMOS, 1993, p. 26). Depois de décadas de quase total esquecimento, os poemas de Laura Rosa foram coligidos pela professora Diomar das Graças Motta e publicados, em 2016, pela Academia Maranhense de Letras sob o título de *Poesias Reunidas de Laura Rosa*. No ano seguinte, a mesma pesquisadora trouxe à luz novamente, em forma de livro, a conferência *As crianças*, que é objeto do presente estudo.

## **AS CRIANÇAS: A TRAJETÓRIA DE UM LIVRO**

No número de estreia do Jornal *Correio da Tarde*, no dia 1º de dezembro de 1909, logo na primeira página é possível encontrar a seguinte chamada: “A poetisa Laura Rosa fará no sábado próximo, no salão da Biblioteca Pública uma conferência literária, dissertando sobre o tema *As Crianças*” (CORREIO DA TARDE, 01.12.1090, p.

1). Por se tratar de uma jovem intelectual que até então era mais conhecida por seus versos publicados em jornais e revistas do que por sua atuação no campo da educação, o redator da nota jornalística foi provavelmente induzido a presumir que ela falaria sobre um tema literário em sua conferência programada para o dia 4 daquele último mês do ano de 1909. Tal engano foi, porém, corrigido na edição que circulou no dia do evento, com o seguinte teor: “A poetisa Laura Rosa, conforme dissemos já, fará hoje, na Biblioteca Pública, uma conferência dissertando sobre as crianças” (CORREIO DA TARDE, 04.12.1090, p. 1).

O pronunciamento da jovem professora Laura Rosa aparentemente foi um sucesso, conforme foi noticiado na edição de 5 de dezembro, que traz a seguinte notícia:

Conforme foi noticiado, dissertou, no Salão da Biblioteca Pública, sobre “As Crianças”, a inteligente poetisa Laura Rosa. Foi grande a concorrência, e a conferencista, que discorreu pelo espaço de hora e meia, foi muito cumprimentada pelo êxito brilhante que alcançou. à conferência assistiu o Exm<sup>o</sup>. sr. governador do Estado. Na próxima quinta-feira, o nosso confrade Luiz Carvalho falará sobre As Pessoas (CORREIO DA TARDE, 05.12.1090, p. 1).

Tratava-se o evento, além de parte das comemorações pela passagem do 130º aniversário da Biblioteca do Estado, da continuidade de um projeto chamado Universidade Popular Maranhense, que tinha como objetivo levar às pessoas interessadas conhecimentos acadêmicos a partir de palestras proferidas por personalidades da cultura local. Nas diretrizes da programação havia a proposta de apresentar debates “sobre interessantes assuntos, ao alcance de todos e despidos das bordaduras da retórica e da eloquência da tribuna”, conforme explica artigo publicado no *Correio da tarde*, em 03 de dezembro de 1909.

Proferida a palestra, o texto foi transformado em um pequeno livro que foi publicado ainda em 1909 e posteriormente distribuído a algumas pessoas e instituições, como pode ser visto a partir de uma notícia publicada no ano seguinte, comentando que: Recebemos um exemplar do folheto contendo o resumo da conferência realizada no salão da Biblioteca Pública, a 4 de dezembro do ano findo, a propósito d’As Crianças, pela talentosa poetisa Laura Rosa. Agradecemos a gentil oferta (CORREIO DA TARDE, 14.02.1910).

Esse opúsculo, que foi publicado pela Imprensa Oficial, é composto por apenas 38 páginas, pode hoje ser encontrado no acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite e tem em sua folha de rosto a indicação de que o texto é uma reprodução da “conferência realizada no salão da Biblioteca Pública, a 4 de dezembro de 1909 (ROSA, 1909, p. 02). Esse material foi posteriormente digitalizado e atualmente pode ser consultado e/ou baixado a partir de links<sup>1</sup> disponíveis no Acervo digital de Obras Raras da já citada instituição cultural.

1 O livro pode ser consultado em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arg\\_ad/201408272236271409189787\\_74541409189787\\_7454.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arg_ad/201408272236271409189787_74541409189787_7454.pdf).

Depois de décadas sem ser estudada em profundidade, mas sendo constantemente citada por causa do pioneirismo de haver sido a primeira mulher eleita para a Academia Maranhense de Letras, a educadora e poetisa maranhense voltou a ter sua atuação pedagógica novamente discutida ao fazer parte do *corpus* de estudo da professora Diomar das Graças Motta, que, no ano de 2000, defendeu, na Universidade Federal Fluminense, a tese intitulada *Mulheres professoras na política educacional do Maranhão*.

Mesmo sendo homenageada em um artigo escrito pela também poetisa e acadêmica Laura Amélia Damous, por ocasião do centenário da Academia Maranhense de Letras, em 2008, e sendo incluída, em 2014, em uma exposição que reuniu 13 mulheres relevantes para o cenário histórico e cultural do Maranhão, o nome e a obra de Laura Rosa ainda careciam de maior divulgação. Observando esse vazio com relação aos estudos sobre a autora de “Esqueleto de folha”, a professora Diomar Motta recolheu em revistas e jornais os poemas esparsos da poetisa e publicou, em 2016, o livro *Poesia Reunida de Laura Rosa*, pela editora da Academia Maranhense de Letras.

No ano seguinte, em 2017, foi a vez de chegar novamente a público uma edição de *As Crianças*, também organizada por Diomar Motta. Nessa nova edição, composta por 53 páginas, além da atualização ortográfica, de um breve estudo explicativo e de um glossário, foi feita uma divisão mais clara com relação às duas partes da obra, com uma esquematização mais precisa das civilizações que são estudadas no primeiro momento da conferência. Tudo isso com a tentativa de modificar o mínimo possível o texto e as ideias originais. Contudo, o livro teve uma tiragem pequena, sendo atualmente encontrado apenas em acervos particulares e em algumas bibliotecas, voltando à condição primária de raridade bibliográfica.

## 5. AS CRIANÇAS NO OLHAR PEDAGÓGICO DE LAURA ROSA

Apesar de ser uma obra curta, por questões didáticas, a autora decidiu estruturar seu discurso em dois momentos complementares, mas que podem ser lidos de modo independente. Ela principiou fazendo uma abordagem histórica e depois passou para questões mais práticas, conforme pode ser visto nos tópicos a seguir.

### 5.1 PRIMEIRA PARTE: UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A conferência proferida por Laura Rosa no salão principal da Biblioteca Pública do Maranhão, em 04 de dezembro de 1909, quando a escritora contava com apenas 25 anos de idade, foi esquematizada em três partes. No primeiro momento, de modo bastante rápido e sintético, a autora, após citar os nomes de alguns intelectuais que também já discursaram naquele recinto, como é o caso de Antônio Lobo, Domingos Barbosa e Fran Paxeco. Recorda também que há mais ou menos dois meses ela ainda frequentava os “bancos escolares, ouvindo da minha carteira de estudante, as preleções de meus professores, que à força do tempo, da prática e das investigações

se irão acomodando no meu cérebro” (ROSA, 2017, p. 11). Essa fala remete à informação de que, possivelmente, essa conferência foi a primeira atividade pública após a conclusão de seu curso, que deve ter ocorrido no mês de outubro do ano corrente.

O público presente era formado basicamente “por mestres, discípulos e senhoras mães de família”, conforme explica Motta (2017, p. 07), e as falas foram divididas em dois blocos harmônicos, a saber, “traços históricos da educação antiga e a criança no lar” (ROSA, 2017, p. 11).

Ato contínuo, a conferencista teceu elogiosos comentários a Raimundo Almir Nina Rodrigues (1862-1906), “médico e pedagogista maranhense e um dos mais devotados obreiros do progresso da Atenas Brasileira, desgraçadamente ceifado há pouco pela morte, em pleno vigor de trabalho e de vida” (LOBO, 2022, p. 07) que fora mentor de toda uma geração de intelectuais no Maranhão e que foi constantemente citado ao longo do discurso.

Porém, antes de adentrar diretamente no foco dos estudos relativos a como as crianças foram tratadas ao longo da história da humanidade, a jovem professora advertiu à plateia que “muita gente confunde a *educação* com a instrução” (ROSA, 2017, p. 13), passando então a defender a tese, com base nos ensinamentos recebidos do professor Almir Nina e nas leituras das obras de filósofos e educadores como Platão, Aristóteles, Sêneca, Comenius e Rousseau para os quais a instrução é algo adquirido no convívio com a instituição escolar e a educação é algo oriundo do seio familiar e do convívio com o meio no qual as crianças estivessem inseridas, chamando a atenção para a teoria aristotélica que defende a noção de que “a educação é um processo que abraça todos os períodos da formação humana” (ROSA, 2017, p. 16).

Depois de citar casos de natureza anedótica e que carecem de comprovações científicas, Laura Rosa passou a descrever, de modo bastante sintético, dada a natureza do evento, como foram vistas e educadas as crianças ao longo do tempo em diferentes culturas, deixando claro, porém, que “não me ocuparei da educação moderna porque seria falar, então, uma noite inteira” (ROSA, 2017, p. 17).

O primeiro local explorado na palestra foi a China, país onde, no olhar de Laura Rosa, “tanto na família, porém, quanto na escola, como na sociedade, a educação é exterior, superficial e oprimida. Pode-se concluir, portanto, que a educação de hoje ali, geralmente falando, é a mesma de outras eras longínquas” (ROSA, 2017, p. 19-20). Os preceitos educacionais defendidos por Confúcio são assim sintetizados pela pesquisadora maranhense:

Desde os tempos mais remotos até agora, só têm aparecido na China dois reformadores da educação familiar, escolar e social:

Lao-tsée e Cong-tsée. O primeiro foi um espírito de liberdade, de progresso e de ideias novas; não foi, porém, atendido.

O segundo celebrizou-se sob o nome de Confúcio, teve, segundo a tradição, mais de três mil discípulos, triunfou sobre suas ideias de prática, moralidade e utilidade, baseada na autoridade do Estado e da família, como sobre o interesse individual (ROSA, 2017, p. 19).

Essa observação dialoga com os estudos de Piletti e Piletti (2013) que, utilizando-se de referências e de dados mais atualizados e aprofundados sobre a educação na China, comentam ter sido Confúcio:

o mais célebre filósofo chinês. Viveu em um tempo de caos e corrupção na China antiga. Sua filosofia priorizava a ética nas relações pessoais e políticas. Valorizava a família, principalmente o respeito aos pais. Criou um sistema de moral bem de acordo com a maneira de ser do povo chinês. Tal sistema valorizava a tradição, o culto aos mortos, o ensino da virtude e o altruísmo. E a melhor maneira de transmitir esse ensinamento era, segundo ele, o bom exemplo (PILETTI e PILETTI, 2013, p. 16).

Ainda com relação à educação no Oriente, a conferencista passou então a estudar a educação entre os hindus. Sempre associando as questões educacionais aos fatores sociais, econômicos e políticos, ela destacava que:

Esse povo caracteriza-se, ainda hoje, pelo espírito de casta, pelo socialismo e pelo panteísmo, se bem que, em alguma coisa já, um tanto modificado para mais hodierno. (...) Só era dado aos padres e aos brâmanes a aprendizagem da lógica, da retórica e da matemática, quanto a instrução superior. (...) Quanto à instrução primária, ou era ministrada na família, a par da sonambulesca e absurda educação, ou ao ar livre, à sombra das árvores, ou pelos brâmanes, sob tendas, em caso de tempo carrancudo (ROSA, 2017, p. 21-22).

Essas mesmas observações podem ser encontradas, com outras palavras no livro *História da Educação*, escrito cerca de um século depois da conferência proferida pela jovem professora na Biblioteca do Pública, conforme pode ser visto nos fragmentos abaixo:

A primeira característica da educação na Índia é a de ser uma educação de castas. Todo indivíduo nasce e permanece numa das castas. As castas hindus são quatro: os brâmanes ou sacerdotes, os xátrias ou guerreiros, os vaixás ou classe industrial, e os sudras ou classe servil. (...) A instrução se restringe às três castas superiores. (...) Geralmente a escola funcionava ao ar livre, à sombra de uma árvore. Em caso de mau tempo, transferia-se para uma área coberta (PILETTI e PILETTI, 2013, p. 21).

A educação entre os fenícios é vista em poucas linhas, atentando para o fato de que, nessa cultura, era papel das mães a transmissão dos feitos heroicos dos antepassados, principalmente com relação à vida no mar e que, na própria casa, as crianças eram ensinadas “a jogar armas, a ler, a calcular e a escrever. Aos 12 anos começavam a cortar ousadamente as ondas bravias do mar encapelados, senhores dos seus barcos e da sua coragem” (ROSA, 2017, p. 23).

Os israelitas, vistos como “um povo sem pátria, sem governo, sem chefe” (ROSA, 2017, p. 25), cuja educação “consistia em moralizar o lar pela palavra e pelos

exemplos para que a criança aprendesse vendo, ouvindo, observando e imitando” (ROSA, 2017, p. 25), são apresentados primeiramente em seus aspectos segregacionistas nos quais havia uma clara divisão entre o que homens e mulheres deveriam estudar, sendo que as crianças, de modo geral deveriam aprender as leis de Jeová e as virtudes humanas, mas, tendo em vista o mundo prático, “a menina aprendia a cozer, tecer, cantar e... fazer bife. o menino, a ler e escrever. Nada de liberdade de ação” (ROSA, 2017, p. 25).

A autora reconheceu em sua fala que a partir da segunda metade do século XIX, Israel passou por um processo de evolução em seus aspectos educacionais com a criação de pelo menos uma escola em cada cidade e a divisão de 25 alunos para cada professor. No entanto, algumas tradições ainda eram preservadas como, por exemplo, o fato de que a educação moral devia ser ministrada em casa “pelos parentes mais velhos e respeitáveis; o mestre-escola devia ser casado, também avançado em idade e considerado experiente na vida (ROSA, 2017, p. 26).

Entre os persas, a escritora destaca a rigidez com que eram tratados e punidos os infantes, que eram educados com base no medo inspirado pelos adultos, principalmente pelos pais. Nessa cultura, a criança:

Devia obediência absoluta aos pais e aquele que recusasse três vezes a obedecê-los era digno de morte. Quanto aos mestres, deviam ser ainda mais respeitados que os pais, atendendo que esses tinham por missão iluminar-lhes o espírito (ROSA, 2017, p. 27).

A leitura do texto deixa claro que a autora não comungava das ideias defendidas pelo filósofo Xenofonte, consideradas por ela como algo muito poético e pouco prático.

Para finalizar a primeira parte de sua conferência, a professora Laura Rosa estudou a educação na Grécia, mais precisamente em duas das cidades mais conhecidas e divulgadas: Esparta e Atenas, lembrando que:

Enquanto Atenas cultivava o espírito, Esparta cultivava o físico. Aquela preparava oradores, filósofos, cientistas, sábios eminentes, esta última disciplinava fortes e vigorosos soldados, lutadores, de musculatura de ferro e peitos amplos desenvolvidos pela ginástica, instituída pelo célebre Licurgo.

Enquanto Atenas espalhava as teorias científicas, suas letras cultivadas e brilhantes, seus maravilhosos trabalhos de arte; espalhavam os espartanos suas conquistas por terra e mar, seus gloriosos feitos bélicos (ROSA, 2017, p. 31).

Aproveitando o ensejo, a conferencista destacou também o fato de que a palavra pedagogia tem origem grega e teceu um breve histórico das origens dessa área do conhecimento humano.

Chamava-se pedagogo o aio que costumava levar as crianças às escolas, e com elas lá ficava vigiando-as e ouvindo as lições. À força de irem todos os dias ali, acabavam osaios por aprender e, finalmente, passavam a preceptores das crianças. E a essa aprendizagem deram o nome de Pedagogia (ROSA, 2017, p. 31).

O papel dos pais gregos na formação física e intelectual dos filhos era delimitado. Do nascimento até os catorze anos, eram as mães atenienses incumbidas de ensinar às crianças “a dança, a comédia, a música, a tragédia e a poesia” (ROSA, 2017, p. 32). A partir, porém do décimo quarto ano de vida as crianças recebiam lições de “epopeia, ginástica, matemática, geografia, filosofia e retórica de seus genitores do sexo masculino (ROSA, 2017, p. 32). Em Esparta, no entanto, as mães ensinavam ginástica e canto aos filhos até os sete anos de idade, a partir daí, os filhos eram entregues à educação paterna. Porém, “por considerar corruptora a influência do mais velhos”, Piletti e Piletti (2013, p. 29) lembram que o filósofo grego Platão recomendava que as crianças fossem separadas dos pais e encaminhadas para o campo, onde receberiam uma educação predominantemente voltada para os aspectos físicos.

Com a análise da educação na Grécia, Laura Rosa encerrou a primeira parte de seu estudo, passando, então para o segundo momento, que tratava das questões práticas na educação das crianças, conforme será visto a seguir.

## 5.2 SEGUNDA PARTE: EDUCAÇÃO NA PRÁTICA FAMILIAR

A segunda parte da conferência proferida por Laura Rosa é dedicada aos aspectos práticos da educação da criança dentro da casa materna. De modo bastante lírico, a professora maranhense inicia seu texto defendendo a ideia de que “a criança é o símbolo da alegria e da inocência, a flor perfumada e casta que desabrocha no seio maternal (ROSA, 2017, p. 35).

A Lei nº 8.069, de 13 de abril de 1990, conhecida como *Estatuto da Criança e do Adolescente*, estabelece que deve ser considerada “criança, para efeito desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquelas entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2015, p. 9). Porém, no início do século XX, Laura Rosa, com base nos critérios da época, utilizou a seguinte divisão para estabelecer os limites etários que foram abordados em sua conferência e, ao mesmo tempo, para situar as pessoas presentes no recinto no dia do evento e seus possíveis leitores, pois, conforme já foi dito, no mesmo ano o texto lido foi publicado em livro:

Eis porque a vida humana também é dividida em períodos: 1º antes do nascimento; 2º do nascimento aos 3 anos; (são estes os verdadeiros períodos da puericultura), 3º dos 3 anos aos 7. (E este o primeiro período pedagógico, o período pré-escolar e o da meninice), 4º dos 7 aos 14; período da adolescência, também escolar e pedagógico; 5º dos 14 aos 20 anos (é o período da juventude; e daí para diante a educação é toda de prática e de experiências até à morte) (ROSA, 2017, p. 17).

A primeira fase a ser escrutinada é aquela que vai do nascimento aos três anos de idade. Ela chamou logo a atenção para um aspecto cultural do Brasil com o qual ela não concordava: a presença da ama de leite nos lares brasileiros.

Esse hábito de “faltando leite à mãe alugava-se uma ama de leite negra (isso no caso das famílias de posse e já no início do século XX)” (PRIORE, 2021, p. 88), que

segundo Freyre (2000, p. 413) era comum em Portugal e “transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito de sa-loia ou escravas”, era visto por Laura Rosa como algo absurdo, principalmente por nem sempre ser possível averiguar-se a procedência e o estado de saúde dessas amas de leite. Embora Freyre (2000), décadas depois viesse a explicar a necessidade dessa prestação de serviço em muitos casos pela debilidade física das mães, a educadora maranhense disse textualmente que:

Chamar amas-de-leite é o pior dos erros! Que perigo, minhas senhoras, que falta! Em tempo algum lembrem-se disso! Uma ama-de-leite... quem será essa mulher? Quem sabe? Condutora, talvez, da tuberculose ou da tísica, da linfa-tite ou de outras moléstias hereditárias ou transmissíveis (ROSA, 2017, p. 36).

Essa observação de Laura Rosa, se vista de maneira descontextualizada, pode parecer preconceituosa, porém o interesse da educadora não recai na condição social das amas de leite, mas sim na proteção à saúde do recém-nascido. Ela inclusive chega a admitir situações nas quais uma ama de leite deveria ser acionada, pois “as próprias mães devem cortar logo a amamentação se presentirem em si alguma moléstia má, contagiosa ou transmissível a minar-lhe o organismo” (ROSA, 2017, p. 37), ou seja, somente na impossibilidade de amamentar o próprio filho que a mulher deveria recorrer ao leite de outras mulheres. Para ela, “compete à mamãe alimentar-se escrupulosamente lembrando-se, constantemente, que daquilo que ingerir irá uma parte no seu leite para o pequeno (ROSA, 2017, p. 35).

Os temores de Laura Rosa eram oriundos possivelmente do conhecimento da alta taxa de mortalidade infantil, cujas causas eram variadas, perpassando pelo:

abuso de comidas fortes, o vestuário impróprio, o *aleitamento mercenário das amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas*, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a ‘umidade das casas’, o mau tratamento do cordão umbilical, entre outras que estão presentes até hoje” (Priore, 2021, p. 92 – grifo nosso).

Outro detalhe para o qual a jovem professora chamou bastante a atenção foi o fato de as mães oferecerem “pipos de borracha aos pequerruchos, mas pipos sem outra coisa a chupar senão ar” (ROSA, 2017, p.36). Segundo ela, os pipos (que também recebem o nome de chupetas em diversas partes do Brasil), causam dois malefícios para as crianças. Por um lado, podem tornar as crianças “birrentas, gulosas, choronas e simplesmente enjoadas, não contando as outras manhas, que muito naturalmente, toda a criança adquire”, (ROSA, 2017, p.36), podendo trazer também consequências físicas, pois “o ar absorvido vai encher de gases desnecessários o organismo” (ROSA, 2017, p.36), podendo levar a criança a sentir dores abdominais.

Mesmo passado mais de um século após a conferência realizada na Biblioteca Pública do Maranhão, ainda há dúvidas quanto a efetividade ou não de oferecer chupeta para as crianças como modo de distrair e de evitar o choro. Sobre isso, Boyd

e Bee (2011, p. 124) comentam que “a maioria dos bebês para de chorar quando os tomamos nos braços, abraçamos e falamos ou cantamos para eles. Dar uma chupeta para o bebê sugar também costuma ajudar”, porém não deixam de advertir sobre alguns problemas que podem advir da sucção desse artefato, recomendando que “caso a criança ainda esteja sugando o polegar ou usando chupeta, o dentista recomenda que esse hábito seja abandonado o mais breve possível” (BOYD e BEE, 2011, 214). Essa recomendação encontra ressonância em Martorell (2014, p. 173), que adverte para o fato de que “o uso prolongado de chupeta pode causar problemas dentários”.

O cuidado com a higiene física, com a limpeza do ambiente e com o vestuário das crianças foi outra preocupação de Laura Rosa durante seu pronunciamento. Ela afirmou textualmente que “todo o cuidado na roupinha dos pequeninos é pouco; sempre lavada e escaldada, sempre passada a ferro para que sejam mortos os micróbios que lhes possam vir, sempre perfumada, sutilmente, para que reúna o útil ao agradável (ROSA, 2017, p. 39) e acrescentou que o leito da criança “deve ser fofo, macio e renovado a cada instante, sem um ponto duro ou úmido” (ROSA, 2017, p. 38).

Além de recomendar a constante higienização das roupas e demais peças do enxoval da criança, a autora chamou a atenção para o acúmulo de objetos que possam acumular resíduos, evitando-se, assim “aglomerações de trastes, de roupas, de bibelôs e de quinquilharias. É preciso que o ar circule sem embaraços e que não haja cama para o pó que vier de fora” (ROSA, 2017, p. 40).

Algumas atitudes bastante recorrentes na educação familiar à época da conferência e que provavelmente eram compartilhadas entre mães e pais foram severamente criticadas por Laura Rosa, como por exemplo: “obrigarem as crianças a susterem-se de pé mal tenham completado um mês de nascida” (ROSA, 2017, p. 41) e, provavelmente para induzir a criança ao sono, “dar vinho com água às criancinhas recém-nascidas” (ROSA, 2017, p. 41). Ela não admitia tais práticas e recomendou que elas não fossem replicadas.

Em uma época em que os castigos físicos em crianças, tanto nos lares quanto nas escolas, eram considerados aceitáveis, como pode ser visto em Corrêa (1967) e em Alves e Araújo (2011), Laura Rosa defendia ideia diametralmente oposta, por exemplo, à que é exposta pelo senhor Olavo, tio de Cazuza, para quem:

*criança merece sempre uma bordoadada, disse com seu vozeirão. O professor nunca é injusto. Às vezes pensamos que ele castigou demais. É engano. Quando o castigo é demais nesta falta, serve para suprir o que foi insuficiente ou nenhum naquela outra. Bordoada nunca faz mal à criança (CORRÊA, 1967, P. 64, grifos nossos).*

Porém, no olhar pedagógico da conferencista, “Pancada não educa, desbria” (ROSA, 2017, p. 43), ou seja, o ato de bater nas crianças só serve para minar-lhe o orgulho, e não para ensinar algo. Ela preferia o diálogo à violência. por isso recomendava:

“repreendi a criança com brandura, contrariai-a nos casos mais exigentes, contai-lhe história de bons meninos, mas... castigos corporais, nunca (ROSA, 2017, p. 43).

A visão pedagógica de Laura Rosa com relação aos castigos físicos destoa daquilo que pode ser verificado em textos ficcionais e em relatos de época que demonstram que a punição e o castigo físico faziam parte de estrutura tanto da escola quanto dos lares onde as crianças eram educadas, conforme demonstram Alves e Araújo (2011). Sobre aspecto da educação brasileira, Freyre (2000, p. 472) destaca que “nos antigos colégios (...) houve verdadeira volúpia em humilhar a criança; em dar bolo em menino”.

Por se tratar de um assunto bastante polêmico, que segundo Ariès (2021), vem sendo discutido desde a Idade Média, estudiosos de diversas linhas de pensamento se dividem com relação à necessidade ou não de impor castigos físicos às crianças. Martorell (2014) explica que há casos em que

castigos, tais como isolamento ou negação de privilégios, às vezes são necessários. As crianças não podem ter permissão para sair correndo no meio da rua ou bater em outra criança. Às vezes, a criança é propositalmente desafiadora. Nessas situações, o castigo, se consistente, imediato e claramente vinculado à ofensa, pode ser eficaz. Ele é mais eficaz quando acompanhado por uma explicação simples da transgressão e um comportamento alternativo que deve ser apresentado em seu lugar (MARTORELL, 2014, p. 210).

Por outro lado, há outros pesquisadores da educação que concordam com as ideias defendidas por Laura Rosa no início do século XX e defendem a ideia de que “crianças vítimas de castigos corporais e maus-tratos passam a sofrer de transtornos de conduta” (ALVES e ARAÚJO, 2011, p. 67).

Importante notar que no *Estatuto da Criança e do Adolescente*, em seu Artigo 18-A, impede que a educação seja utilizada como pretexto para a imposição de castigos físicos aos educandos menores de idade, independentemente do grau de relacionamento entre os atores educacionais, conforme pode ser visto a seguir:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 2015, p. 14).

Encaminhando-se para o final de sua conferência, Laura Rosa, após dizer que, “aos sete anos, a criança deve tomar os livros e caminhar para a escola, onde o mestre lhe vai iluminar sua inteligência” (ROSA, 2017 p. 44), o que remete tanto à idade que àquela época era necessária para o ingresso da criança na vida escolar, quanto a seu posicionamento com relação à chamada visão tradicionalista da educação, que vê a escola como instituição que tem como objetivo “preparar os alunos por meio da assimilação dos conteúdos para assumirem sua posição na sociedade”, conforme explica Suhr (2012, p. 84), sendo a exposição oral o principal recurso utilizado pelo docente,

que esperava “dos alunos apenas a repetição do que foi transmitido pelo professor ou descrito no material didático” (SUHR, 2012, p. 84).

Outro ponto que exige um pouco mais de atenção na fala da pedagoga maranhense é o que faz referência à divisão delimitada de obrigações entre mães e pais na educação dos filhos. Ela defendia a tese de que, aos quatorze anos:

eis a idade em que os pais entram em ação, se se trata de um menino; mas se for de menina... Fora! só entrarão em cena quando houver namoro grosso ou cheiro de casamento; *compete à genitora educá-la, mas dar-lhe uma educação elevada e superior instrução* (ROSA, 2017, p. 44, grifos nossos).

Trata-se evidentemente de uma visão ideológica da época compartilhada pela autora e já estudada por ela ao referir-se à educação ateniense. A defesa de uma educação na qual o genitor do sexo masculino não pudesse contribuir para a educação das filhas e que a responsabilidade recaísse unicamente sobre a mãe da adolescente iria inclusive, se tal informação fosse analisada sob uma perspectiva da atualidade, de encontro ao que preceitua o Artigo 4 do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, como pode ser visto abaixo:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2015, p. 10).

Para finalizar sua participação, retomou o tom poético do princípio de sua fala e disse que “uma casa sem crianças... Que tristeza, falta-lhe a vida; é como um grande viveiro vazio, como um grande deserto!” (ROSA, 2017, p. 44), e, a seguir, declamou, em francês, o poema “*Lorsque l'enfant paraît*”<sup>2</sup>, do poeta e prosador francês Victor Hugo, seguido de uma tradução para o português realizada pela própria conferencista.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *As crianças*, escrito pela professora e poetisa maranhense Laura Rosa, nasceu de uma conferência proferida pela autora em dezembro de 1909. Apesar de trazer em suas páginas informações importantes acerca da história da educação e de cuidados práticos com relação papel da família da formação das crianças no início do século XX, a obra é relativamente desconhecida até mesmo para quem é estudioso do assunto, haja vista não ser comentada nem mesmo citada nos compêndios que tratam sobre educação.

O livro, cuja edição mais recente é de 2017, está dividido em duas partes: na primeira, Laura Rosa fez um passeio por curiosidades sobre as formas de ensinar as crianças em diversas culturas e civilizações. A seguir, deixando a erudição em segundo plano, a pesquisadora, dirigindo-se principalmente às mães, narra algumas efemé-

2 *Lorsque l'enfant paraît* – Quando a criança aparece, em tradução de Laura Rosa.

des e dá conselhos práticos sobre aleitamento materno, higiene, relacionamentos familiares, uso de acessório para acalmar as crianças e castigos físicos, entre outros.

Apesar de se tratar de uma obra datada, pois foi produzida com o intuito de fornecer informação para pessoas do início do século XX, e de trazer algumas exemplificações que atualmente podem ser consideradas como anedóticas, a leitura do livro não pode ser considerada totalmente obsoleta, contendo, inclusive, muitas ideias que são discutidas em pleno século XXI.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria Silva Araújo; ARAÚJO, Sílvia Maria Araújo. Castigos corporais e disciplinamento na escola. In: CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler. **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: Edufma/UFPB/Café & Lápis, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

BOYD Denise; BEE, Helen. **A criança em crescimento**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL, República Federativa do. **ECA – Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Eureka, 2015.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

DIARIO DA TARDE. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=388459>. Acesso em: 26.06.2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LOBO, Antônio. **Os novos atenienses**. 5ª ed. São Luís: AML/Eduema, 2022.

MARTORELLI, Gabriela. **O desenvolvimento da Criança: do nascimento à adolescência**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MOTTA, Diomar das Graças (org.) **Poesia Reunida de Laura Rosa**. São Luís: Edições AML, 2016.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2013.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto. p. 84-106.

RAMOS, Clóvis. **As aves que aqui gorjeiam – Vozes femininas na poesia maranhense**. São Luís: SIOGE, 1993.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Arvecamp, 2006.

ROSA, Laura. **As crianças**. Imprensa oficial: São Luís, 1909.

ROSA, Laura. **As crianças**. São Luís: Edufma, 2017. (org. de Diomar das Graças Motta).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SUHR, Inge Ranate Fröse. **Teorias do conhecimento pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.